

8

Educação será teste de popularidade para governos

A vida do motorista Israel Cardoso, morador da periferia da zona sul de São Paulo, foi tumultuada nos dois últimos anos por três transferências sucessivas de seus dois filhos de suas escolas. O pior: foi ele quem, inadvertidamente, quis assim. A transferência cumpre à risca o programa com que Mário Covas (PSDB) elegeu-se governador de São Paulo — com o voto de Israel.

Se a reeleição for realizada em clima de estabilidade econômica, temas como a educação e saúde ganharão espaço nas preocupações dos eleitores. A insatisfação de eleitores como Israel vai ter, pela primeira vez, a oportunidade de ser testada em voto. Os governadores que se candidatarão à reeleição no próximo ano terão que prestar contas de promessas não-cumpridas e de outras que, realizadas, transformaram-se em transtornos na vida de seus eleitores.

A educação é uma das áreas mais fáceis de se fazer promessa de campanha. Ser contra a evasão escolar é tão fácil quanto ser a favor da cura da Aids. O difícil é cumprir promessas numa área que tem o mais numeroso e mal pago contingente do funcionalismo público estadual. A insatisfação dos professores só não é mais explosiva para o ano eleitoral dos governadores porque seu instrumento de pressão mais violento, ao contrário dos PMs, são as impopulares greves das escolas públicas.

Ao contrário do presidente Fernando Henrique Cardoso, que planeja fazer da gestão do ministro Paulo Renato na pasta da Educação um dos moteis mais fortes de sua campanha para a reeleição, mas não atua na ponta como pagador de professores e gerenciador de escolas, os governadores estarão na defensiva.

As vésperas da entrada em vigor do fundo de valorização do magistério, que sugere uma remuneração média de R\$ 300, muitos secretários estaduais já adiantam que não terão como cumprir a exigência. "O fundo sugere, não determina. Teremos que adequar isso à nossa realidade", disse o secretário

Candidatos à reeleição nos estados enfrentam palanque das promessas não cumpridas no pleito de 1998

Estados	A educação prometida e a cumprida	
	O que foi prometido	Que foi feito
SP	Piso de 5 salários e meio para 20 horas de trabalhos semanais Melhorar evasão e repetência nas escolas	Piso prometido só para 40 horas de trabalhos semanais, a partir deste mês Melhorou evasão e repetência, mas só no primeiro grau
PR	Aumento progressivo da remuneração do magistério público, através de plano de carreira Elevação para no mínimo 70% de alunos que concluem a escola básica Garantia de condições básicas de funcionamento a todas as escolas estaduais de ensino fundamental e de 2º grau	Os professores tiveram apenas uma readequação dos salários em maio de 1996 Hoje, apenas 60% dos alunos que entram na escola chegam à 8ª série As escolas continuam com condições precárias de infraestrutura
MA	Programa especial para alunos fora de idade (aceleração) Triplicar ou quadruplicar os salários	Programa vem sendo realizado com êxito; tornou-se modelo para o MEC Criou uma gratificação de 100%, sobre o salário-base, não incorporada
PE	Aumentar a permanência dos alunos na escola, implantando turnos mínimos de quatro horas e meia	A maioria das escolas estaduais já possuem turnos de quatro horas e meia.
MT	Recuperar os salários dos professores Implantação da gestão democrática	Concedeu reajuste de 43%; salários pagos em dia só a partir deste mês Cumpriu parcialmente; escolha ainda é por eleição indireta
GO	Elevar o salários médio dos professores	Com o fundo de valorização do magistério aumentou o rendimento médio dos professores para R\$ 300
DF	Democratização do acesso à escola e estímulo à permanência do aluno na escola Valorização do professor	43 mil alunos matriculados nas escolas públicas e 30 mil recebendo de um salário mínimo/ano Em 95, o reajuste salarial para os professores foi entre 22% a 57%.
AM	Prometeu realizar concursos públicos para todos os servidores de educação, que trabalhavam sem serem concursados	Houve concurso apenas para mil professores; há 24 mil trabalhando sem concurso
RJ	Concentrar esforços no ensino de segundo grau Valorização de professores, com melhoria salarial Dar autonomia às escolas	Com o Fundo de Valorização dos Professores aumentou o rendimento para R\$ 300,00 neste mês O estado dá ampla autonomia a 1.382 escolas do estado.

estadual de educação do Mato Grosso, Fausto de Souza Faria.

A situação de São Paulo, que tem um salário médio em torno de R\$ 700 e, portanto, não terá dificuldades em se adaptar às normas do fundo, é uma exceção. No Ceará, houve um único aumento de 19% para os professores de 1ª a 4ª séries na

gestão Tasso Jereissati, e o piso para 20 horas semanais é de R\$ 173. "Na atual conjuntura será difícil chegar ao piso de mais de três mínimos", diz Antenor Naspoline, secretário de educação do estado.

O Mato Grosso é muito mais regra do que exceção, mas na hora da campanha eleitoral levanta-se o es-

tardante da educação e, na maioria das vezes, diz-se qualquer coisa que possa soar bem aos ouvidos dos eleitores. Poucos são aqueles que detalham o programa para o setor e menos ainda quem consegue cumprir um único item da pauta: "valorizar o magistério através da garantia de carreira e salário dignos", co-

mo consta no programa eleitoral do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, bem parecido com outros de seus colegas. "A educação básica é fortemente prioritária em razão da urgente necessidade de reduzir as taxas de analfabetismo", afirmava em palanques o governador da Bahia, Paulo Souto, cujos opositores apontam a educação como uma das maiores lacunas de seu governo.

A meta mais cumprida pelos governadores é a da municipalização do ensino. Explica-se: o acesso ao fundo de desenvolvimento do magistério será determinado pelo grau de municipalização da rede de ensino dos estados. Poucos estados, no entanto, fazem acompanhar a medida de um adequado repasse de recursos à área.

Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, por exemplo,

os governadores Mário Covas e

Antônio Britto

não cumpriram

em um único ano

de seu governo o

percentual exigido pelas Constituições

de seus estados para a educação

— respectivamente 30% e 35%

das receitas correntes líquidas.

Cumprir percentuais constitucionais é um critério de difícil percepção eleitoral, mas seu resultado é palpável para o eleitor. Em Minas Gerais, que destinará em 1998 43,4% de

sua receita à educação (R\$ 2,6 bilhões), derrubou a taxa de repetência

de 43% para 12%.

A melhoria no ensino público mineiro é reconhecida até mesmo entre tradicionais oposicionistas.

"O avanço é inegável", diz o deputado estadual Gilmar

Machado, do PT, professor e presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais.

Quanto menos vinculados a metas, mais longe os governos ficam das promessas genéricas de melhorar a educação nos estados. Para professor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Amazonas, Aloísio Nogueira, a moeda política na área de educação

não muda: promete-se universalidade (nenhuma criança fora da escola), combate à evasão escolar e valorização da carreira do professor e a elevação da qualidade de ensino. "Essa é a linguagem comum. Sabe-se antecipadamente que todo político vai prometer isso. O problema é que a promessa é a mais genérica possível e na prática ela nunca se concretiza".

Se são os professores os maiores prejudicados, são também eles a maior força de pressão. "Os governadores que foram eleitos com o apoio da maioria dos professores serão cobrados agora quando da reeleição", disse o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Carlos Augusto Abicalil. Gastão Vieira, secretário estadual do Maranhão, concorda. "Por mais

que se faça nas escolas, a questão salarial sempre vai afastar os professores do governo", disse.

A pressão dos professores não surtirá o desgaste

eleitoral dos governadores, no entanto, se suas demandas estiverem dissociadas dos seus alunos. No Distrito Federal, por exemplo, onde está em gestão um dos mais populares programas educacionais do País, a bolsa-escola, o governador Christóvam Buarque não agrada aos professores na mesma medida em que beneficia os alunos e suas famílias.

Depois de ultrapassar a meta de 20 mil famílias beneficiadas pelo bolsa-escola, Buarque enfrenta a oposição de professores que tiveram seus salários congelados, com uma perda salarial que chega aos 67%. Professores elegem vereadores e deputados mas só derrubam planos de reeleição de governadores se forem capazes de demonstrar que suas reivindicações melhoram a vida do eleitor.

Sandra Nascimento, Fábio Sanchez, Lígea Albuquerque (São Paulo), Paulo Barletta Palva (Belo Horizonte), Inês Figueiró (Salvador), Luiz Guimarães (Porto Alegre) e Doca Oliveira (Brasília)